



A DINÂMICA DE MOBILIZAÇÕES DOS GUARANI E KAIOWA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ETNO- HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE INDÍGENA DE KURUPI SANTIAGO KUE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3420

Junia Fior Santos, UFGD

Resumo

Este trabalho tem como proposta apresentar algumas questões que presidirão a pesquisa sobre o contexto histórico no qual os Guarani e Kaiowá, como meio de resistência às progressivas violações de seus direitos, e para pressionar o Estado a atender suas reivindicações, em especial no que diz respeito aos seus territórios tradicionais, desenvolvem dinâmicas de enfrentamento e resistência frente a consolidação do processo de espoliação de seus territórios. A demarcação de terras indígenas apresenta-se como séria problemática histórica e, contrário a ela, existem interesses de aspecto político e econômico, o que engloba de um lado a bancada ruralista e de outro os indígenas, estes em condições desfavoráveis. Procura-se analisar a luta pela retomada de territórios, destacando as continuidades e rupturas desse processo, assim como a importância da formação de acampamentos e ocupações que demonstrem a posição dos Guarani e Kaiowá em estabelecerem respostas alternativas à imposição de interesses da sociedade envolvente. A pesquisa investigará a mobilização empreendida pelos povos Guarani e Kaiowá nos últimos doze anos no estado de Mato Grosso do Sul, assim como as adversidades que enfrentam durante o tempo de espera pela demarcação de terras, tendo como exemplo de tal conjuntura os moradores do acampamento Kurupi da Terra Indígena Santiago Kue, localizado no município de Naviraí/MS. A partir da pesquisa etno-histórica, buscar-se-á a discussão dos princípios norteadores das mobilizações empreendidas pelos Guarani e Kaiowá e suas resultantes, tendo como análise de estudo o acampamento acima referido.

Palavras Chave:

Guarani e Kaiowá;
Território; Etno-história.

Introdução/Justificativa

Ao pensar a temática indígena contemporânea exige-se que seja considerado o seu itinerário histórico, o que, no caso dos Guarani e Kaiowá, implica em considerar as relações que estabelecem com a sociedade em que estão inseridos. Manuela Carneiro da Cunha, em sua obra clássica, *História dos Índios no Brasil* (1992), enfatiza que os povos indígenas brasileiros vêm esforçando-se para defender seus direitos, seguindo seus padrões de autodeterminação, fundamentados nas particularidades socioculturais de cada povo.

O maior desafio enfrentado pelos povos indígenas na efetivação de seus direitos, continua sendo a demarcação de suas terras de ocupação tradicional que constitui a base da sobrevivência física, social, política e cultural dessas comunidades.

No Brasil, os grupos historicamente conhecidos como Guarani, se dividem em três subgrupos (Mbya, Kaiowá e Nandéva), sendo que este último se autodenomina “Guarani”. Eles se distribuíam por um vasto território onde residiam em aldeias por eles denominados de *tekoba*¹, orientados por um líder religioso denominado (*tekobaruwicha*)² e com sua organização social alicerçada na família extensa. Os dois grupos étnicos analisados são identificados como grupos diferentes, no entanto considerando os padrões territoriais de ambos, fica evidente a proximidade que existe entre esses, o que nos leva a analisar suas trajetórias de reivindicações de modo paralelo.

Historicamente, os Guarani e Kaiowá passaram por um violento

processo de esbulho territorial e reservamento, sendo forçados a territorializar-se nas reservas indígenas, espaços minúsculos que os forçou a formas de sociabilização muito distintas das que estavam acostumados (MURA, 2006).

Compreender alguns fatores da cultura Guarani e Kaiowá nos permite analisar e refletir suas reais necessidades, não há como desconhecer sua presença na região, e os acontecimentos que marcaram suas vivências, visto que esses fatos históricos entram na formação de sua identidade étnica atual. O esbulho de suas terras, o confinamento em reservas, as novas modalidades de acampamento, são acontecimentos históricos que fazem emergir novas dimensões de produção social.

Analisando o processo histórico de esbulho de terras indígenas no estado de Mato Grosso do Sul é possível pensar a dimensão territorial de ocupação Guarani e Kaiowá antes do contato com a sociedade envolvente, por meio de diferentes fontes, dentre elas estão as pesquisas etnográficas e históricas. Eva Maria Ferreira (2007), descreve que o território Guarani e Kaiowá denotou no passado, aspectos e proporções que se alteraram muito a partir do convívio com a população nacional.

Um dos momentos cruciais que assinalou o início dessas modificações foi após a guerra que se deu entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1864-1870) que estabeleceu um investimento econômico no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e com a implantação da Companhia Matte Laranjeira, ininterruptamente os Guarani e Kaiowá foram perdendo suas

¹ *Tekoba* termo utilizado pelos povos indígenas para expressar o “lugar específico de origem em que estava assentado antes de residir na reserva. O termo *teko* significa um modo de ser e de viver característico; *há* é o lugar. O *tekoba* antigo de cada família extensa era localizado fundamentalmente

nas margens dos córregos e dos rios.” (BENITES, 2012, p. 50).

² *Tekobaruwicha*: *tekoba* – aldeia; *ruwicha* – liderança. Hoje são denominados ‘rezadores’ ou ‘caciques’. (ROSSATO, 2002, p. 20).

terras de origem³.

O processo de redução e perda de território intensificou-se pelo direcionamento ideológico simpatizante dos colonos e a colonização por parte do Estado brasileiro, que os privilegiou, cedendo títulos de muitas terras ocupadas pelos povos Guarani e Kaiowá, que foram denominadas como terras devolutas. Junto a isso houve também uma conduta de tutela garantida pelo órgão indigenista oficial de Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que foi substituído após 1967, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que ao invés de defender os interesses indígenas contribuíram para a efetivação de seu esbulho territorial. Estas ações, até hoje tentam ser revertidas pelos próprios Guarani e Kaiowá, que se organizam enquanto movimento e passam a reivindicar a devolução de território como também pela garantia e ampliação de seus direitos.

A partir desse âmbito, a pesquisa de cunho etno-histórica propõe-se a examinar a trajetória de mobilizações dos Guarani e Kaiowá para retomarem suas terras de ocupação tradicional, havendo uma preocupação com as continuidades e rupturas desse processo na região conesul do estado. Urquiza, citando o antropólogo Paulo Baltazar, registra que “Historicamente os povos indígenas sempre reagiram de diferentes formas em cada momento de opressão [...] Essas respostas variavam de acordo com o desafio imposto pelos modelos de expansão capitalista” (URQUIZA, 2013, p. 274-275).

A fundamental significação da garantia territorial é possibilitar a reprodução física e cultural das famílias Guarani e Kaiowá que foram distanciadas

de suas terras de ocupação tradicional. Diante desse contexto emergem artifícios de mobilização em busca da retomada de seus territórios, perdidos no decorrer do processo de colonização. Uma das estratégias adotadas foi a ocupação parcial no interior das propriedades, que se dão “de modo autônomo e constituídas em comunidades políticas, onde se desencadeiam processos e se articulam, em diferentes níveis, no sentido de reaver terras das quais foram obrigados a sair” (MURA, 2006, p. 89).

Perante a expansão ideológica⁴ de exploração e expropriação, os Guarani e Kaiowá começaram a responder às intensas pressões com significativas reivindicações por demarcação de terras, inicialmente organizando um movimento indígena nos anos finais da década de 1970, e em um segundo momento utilizando-se do novo ordenamento jurídico nacional que entrou em vigor em 1988. Conforme reconhece a Constituição de 1988, no seu art. 231, a terra representa a segurança de uma vida digna, isso conforme seus usos, costumes e tradições. (BRAND, 1997).

Analisando a atual conjuntura histórica, torna-se perceptível a extensa diminuição dos territórios que foram impostos a diversas famílias e comunidades. E como afirma Chamorro, “[...] a maior parte dos grupos guarani atuais está confinada em pequenas reservas ou aldeias, sob “proteção” do Estado” (2008, p.49). O sistema que encaminhou forçosamente os Guarani e Kaiowá a residir em reservas ou em acampamentos, obviamente se embasou em uma conjuntura histórica pautada por princípios de cunho colonial. A hegemonia nas relações empreendidas

³ Sobre o período de exploração da Companhia Matte Laranjeira em Mato Grosso do Sul, Cf.: FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowa e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)**. Dourados (MS):

Universidade Federal da Grande Dourados (Dissertação de Mestrado), 2007.

⁴ Como teoria “ideologia passou a significar o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinar geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.” (Chauí, 2004, p.11).

pelo Estado não se deu de forma passiva, os Guarani e Kaiowá reagiram e ainda reagem de forma ativa, reinterpretando e opondo-se às inúmeras pressões que constantemente recebem do polo dominante. (PACHECO de OLIVEIRA, 1998).

A problemática territorial indígena apresenta-se como debate de âmbito nacional, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, assim sendo uma das questões centrais na vida das diferentes comunidades étnicas do estado. Diante de tal cenário o presente estudo assume uma proposta de trabalho etno-histórico, especificamente com os povos Guarani e Kaiowá. Tendo em vista que estes constituem a segunda maior população indígena do Brasil, segundo dados do IBGE 2010, são cerca de 40 mil pessoas.

Observando algumas informações acerca desse enredo reivindicatório, é possível perceber que existe uma lacuna no campo de debate histórico, sobre a teia de relações que envolve a reivindicação territorial, resistência e atuação dos poderes públicos no Estado.

Desse modo, a pesquisa pretende examinar os avanços e retrocessos no processo do pleito territorial que ocorreram na última década, período esse, marcado pela estagnação dos processos judiciais e intolerância acentuada dos setores do agronegócio. Refletindo sobre os principais motivos pelos quais ainda se faz necessária a incessante luta pela real efetivação dos direitos territoriais, assim como as consequências do atual cenário de guerra político-ideológica.

Considerando que na atualidade muitas famílias Guarani e Kaiowá que vivem em Mato Grosso do Sul encontram-se em situação de acampados, que pode ser tida como uma condição de violação de direitos e também de insegurança, Cavalcante (2013), apresenta dados importantes em sua tese intitulada: “Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos

Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul”. E mediante uma tabela por ele elaborada, identificou que:

(...) é preciso registrar que há alguns acampamentos que ainda não são sistematicamente atendidos pela FUNAI. Em muitos casos eles acabam sendo invisibilizados entre outros grupos sociais, como os sem-terra, por exemplo, sobretudo aqueles que estão mais distantes de Dourados e Ponta Porã, as duas cidades que sediam as coordenações regionais da FUNAI voltadas ao atendimento dos Guarani e Kaiowa. Além disso, há evidente falta de diretrizes no órgão para o atendimento dessas situações. (CAVALCANTE 2013, p. 109).

Nesta perspectiva, é exposto por meio da tabela, um relatório dos acampamentos existentes no estado de Mato Grosso do Sul e neste, apresenta informações acerca da estimativa de hectares e seus respectivos territórios. Dois dos três núcleos Guarani e Kaiowa existentes nas proximidades do município de Naviraí/MS estão presentes no levantamento de Cavalcante (2013), sendo eles Tarumã e Juncal, que pertencem ao território Santiago Kue. Ambos não apresentam estimativa de hectares, já que se encontram em fase de estudos. Atualmente, os indígenas que reivindicam esse tekoha, permanecem em diferentes extremidades, porém cada núcleo reivindica o mesmo espaço.

Analisando uma dessas comunidades, a pesquisa a ser desenvolvida objetiva aprofundar os conhecimentos acerca da luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, tomando como caso de análise o acampamento Kurupi. Até o momento existem poucos registros acerca de seu percurso de mobilizações, que se apresenta como um problema ideológico-histórico.

Objetivo geral

Analisar e compreender o

processo histórico de luta pela terra empreendido pelos indígenas Guarani e Kaiowa moradores do acampamento Kurupi da terra Santiago Kue, nos últimos doze anos.

Objetivo específicos

- Identificar os fatos históricos que contribuíram para os moradores do acampamento Kurupi estarem sujeitos à conjuntura de acampados.

- Elucidar o esforço para retomada do tekoha, assim como as ações empreendidas pela comunidade para garantir sua permanência na área.

- Verificar as possíveis tensões existentes no itinerário de mobilizações em defesa da efetivação na demarcação de terras indígenas.

- Analisar o posicionamento da comunidade indígena a respeito das última propostas de emendas constitucionais determinadas pelo Estado.

- Inserir o estudo realizado no acampamento Kurupi em diálogos com as principais discussões teóricas acerca da expropriação territorial no estado de Mato Grosso do Sul.

Resultados

A operação historiográfica apresenta-se como uma interpretação sistemática empreendida pelo pesquisador, utilizando-se de suporte teórico-metodológico concedido pelo ambiente e suas relações. Dessa maneira, ao pesquisar o passado e o presente de uma determinada comunidade indígena é necessária a compreensão de sua cultura, suas determinações, estruturas de parentesco, implicações sócio-econômicas, enfim, é inegável a necessidade que um trabalho de cunho etno-histórico postule uma sustentação teórica e metodológica interdisciplinar.

A proposta de pesquisa aqui apresentada que versa sobre a temática

indígena, irá restringir-se, à análise dos trabalhos de alguns teóricos que dissertam acerca da história indígena no estado de Mato Grosso do Sul. Outros tipos de fontes também serão explorados, tais como: a) *Matérias Jornalísticas* que apresentem informações acerca da problemática territorial vivenciada pelos Guarani e Kaiowa de MS; b) *Documentos Oficiais* da FUNAI e MPF, que contenham informações sobre a regularização fundiária de terras indígenas; c) *Fontes Oraís*, serão empreendidas entrevistas com integrantes responsáveis pelo estudo de identificação e delimitação da Terra Indígena Santiago Kue, assim como diálogos com os moradores do acampamento; d) *Fontes etnográficas* também serão fundamentais para uma descrição densa, elaborada e formulada de acordo com dados referentes às implicações antropológicas e sociais.

Nesse contexto (PINSKY e LUCA, 2011, p. 21), apontam que “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”. Desse modo, os documentos são considerados vestígios das ações humanas, seja qual for sua natureza: oral, escrita, memorial, visual, entre outras, são datadas e identificadas em épocas e espaços específicos, explicam o conceito histórico de um determinado tempo, visto que evidenciam costumes, princípios, valores, sentimentos e outras importantes referências. Dessa forma, trabalhar com documentos é uma oportunidade de compreender os sujeitos históricos, concernente, a suas realidades, particularidades e formações sociais.

Nessa perspectiva, foi dado início aos estudos referentes ao locus da etnografia do acampamento Kurupi de Naviraí-MS, e outras pesquisas contemporâneas que abordem a temática indígena, que possibilitem relativizar o ponto de vista sobre essa comunidade, bem como compreender as complexidades que tangem sua realidade

social. Estão sendo empreendidas buscas em arquivos de instituições de poder público como, FUNAI, MPMS e também ONGs, sabendo que os estudos científicos específicos sobre este acampamento são nitidamente insuficientes. Também foi dado início a observação participante, tencionando dar continuidade à análise etnográfica no acampamento Kurupi, que incidirá no exercício da história oral.

Para a coleta de informações tem sido utilizada a prática de entrevistas que são realizadas com moradores do acampamento Kurupi. Valendo-se dos relatos de memória individual e coletiva.

De acordo com os moradores do acampamento, Kurupi Santiago Kue não configura apenas uma porção de terra; nos cemitérios internos estão, especialmente, os esqueletos e espíritos de seus rezadores que dão nome à região. Santiago foi um antigo e respeitável rezador que se encontra debaixo dessas terras, e Maria Kurupi outra rezadeira também já falecida ali permanece eternamente.

Semelhante a outros casos, durante o processo de expansão agropecuária que se deu no MS, suas famílias foram removidas gradativamente de suas terras, espalhando-se pelas reservas e fazendas próximas em busca de trabalho. Durante o tempo que permaneceram longe de seu território, percorreram muitos lugares, dentre esses, as reservas indígenas de Dourados, Juti e por último Caarapó, local em que se organizaram para reivindicar suas terras de ocupação tradicional, tendo como primeira via, a entrada na fazenda que compreende um segmento do tekoha.

O contexto de retomadas dessa área é marcado por uma intensa progressão de despejos e reocupações que expressam o desejo de mudança. Dona Verônica Martins Vera, que representa a liderança e a principal interlocutora do acampamento em algumas conversas de fim de tarde, conta com sutileza e aparente sentimento de tristeza como tem sido a luta desde o momento em que ela e seu

esposo, já falecido, Ivo Martins, resolveram se mobilizar juntamente com parentes na tentativa de reocupar o local de origem.

Neste momento, a família ocupa uma minúscula faixa de terra, concernente a área reivindicada por eles na região que compreende a fazenda Tejuí que faz parte do município de Naviraí/MS. Em conversas, dona Verônica descreve um pouco da trajetória de ocupação dessa região. Em 2004, ela residia na aldeia de Caarapó, local em que se sentia incomodada por não estar em seu tekoha, e então resolveu se mobilizar com seus parentes (cerca de cinco famílias) para reaver seu tekoha. Durante esses doze anos, percorreram diferentes extensões do território Santiago Kue, e em decorrência de atritos com os latifundiários, essas famílias se esparramaram pelo território; algumas, ocupam hoje a região da Juncal. A família de dona Verônica decidiu se locomover para o que eles chamam de ponta do tekoha, que é a área de limite que demarca essa extremidade, inicialmente próximo ao rio, entre acerca da fazenda e a estrada, em seguida ultrapassaram as cercas, adentrando ao interior da propriedade a qual permanecem até o momento.

Ao mesmo tempo, em que regressar ao tekoha representa a oportunidade de voltar a viver em conformidade com seus costumes, significa também, desencadear uma aproximação hostil com os proprietários rurais. O local é uma área de conflito, em que as ameaças e agressões não se dão apenas de maneira verbal, mas também de forma física; um exemplo disso, foi o fato ocorrido em dezembro de 2015, quando funcionários da fazenda ocupada, atearam fogo em suas casas. Assim, o acampamento no interior da área reivindicada pode ser entendido como um meio de mobilização que tem como principal desígnio, manifestar a urgência de demarcação.

De acordo com o Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) instituído entre o Ministério Público Federal (MP) e FUNAI firmado em novembro de 2007, foi definido como sendo dever do órgão indigenista, que até o mês de abril de 2010 fosse divulgado no Diário Oficial da União, os resumos dos relatórios de identificação desse e de outros tekoha⁵. No entanto, até o presente momento, nada foi publicado a respeito do território Santiago Kue, enquanto isso, esses indígenas continuam vivendo em um cenário de insegurança marcado pela fúria dos proprietários rurais.

Agressividade essa conhecida pelo povo de kurupi Santiago Kue já há muito tempo e que hoje é validada pelas políticas anti-indigenistas efetivadas pelo governo federal em apoio a bancada ruralista. Em 2011 e 2014, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou casos de tortura e agressões cometidas contra esta comunidade⁶. O primeiro foi denunciado ao MPF por Enio Martins de 19 anos que sofreu agressões, porém, nenhuma medida foi tomada. O segundo caso de agressão e tentativa de sequestro ocorreu com seu pai, Ivo Martins, cadeirante, já falecido e também enterrado no interior do Kurupi. Como já fora dito, Ivo era esposo de dona Verônica Martins Veron de 55 anos de idade que, atualmente, representa a liderança e com quem se dá a interlocução da presente pesquisa.

Historicamente, os Guarani e Kaiowa são participantes nos movimentos indígenas e exercem o protagonismo nas diferentes demandas que têm com a sociedade envolvente. No caso dos

moradores do acampamento Kurupi, a dinâmica de mobilizações segue-se de diferentes formas, desde a ocupação no interior da propriedade privada, fechamento de estradas para dar visibilidade a urgência de tal movimento, até a participação das reuniões da Aty Guasu⁷.

A luta pela demarcação de terras indígenas é constante e árdua, tal processo é fundamentado no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e também pela lei 6.001/1973, que apesar de ter sido elaborada anteriormente à Constituição, permanece em vigor no que não a contradiz, sendo regulamentada através do decreto 1.775/1996.

O acampamento Kurupi é concernente à uma área que se encontra em fase de identificação. O processo de identificação abrange fases distintas, determinados em administrativo, jurídico e político, considerados necessários para efetivar a regularização de uma terra indígena.

Segundo Levi Marques Pereira, antropólogo encarregado dos estudos referente a identificação e delimitação do território Santiago Kue – Kurupi em colaboração com a FUNAI, aponta em registros direcionados ao (MPF) no ano de 2012 que existe sim um extenso território indígena que compreende os municípios de Juti e Naviraí⁸.

⁵<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cmads/audienciaspublicas/audiencias-publicas/10-05-12-questoes-indigenas/apresentacoes/aluisio-azanha-funai>.

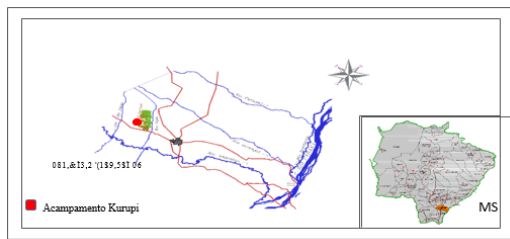
⁶http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7789&action=read

⁷ Aty Guasu é uma assembleia em que são convocados chefes políticos e religiosos para

debater e procurar solucionar problemas que sobrevém ao conjunto da população Guarani, principalmente no que refere-se a reivindicação territorial. Sobre algumas dessas demandas consultar a Carta Aty Guasu-CIMI. <http://cimi.org.br/massacredecaarapo/wp-content/uploads/2016/07/CartaAtyGuasu.docx>.

⁸ Relatório-CIMI: Fazendeiro ameaça remoção dos Guarani-Kaiowa da aldeia Santiago Kue/Kurupi.

Acampamento Kurupi da Terra Indígena Santiago Kue – Navirai/MS



FONTE: ZANATA, Douglas Barreto (Novembro de 2016)

No acampamento, representado no mapa acima, existem hoje seis casas onde vivem, aproximadamente, vinte pessoas. É difícil apresentar precisamente quantos moradores residem permanentemente no local, pois o fluxo, nessas circunstâncias, faz estes números variarem. Como o local não proporciona espaço suficiente para garantirem sua subsistência, torna-se necessário determinar estratégias que possibilitem a permanência no local, desse modo, os homens mais velhos trabalham como diaristas nas roças das fazendas vizinhas ou até mesmo na cidade.

Como se pode observar, a continuidade no processo de reivindicação não cessa, e mostra-se longe de chegar ao fim. Com isso, são estabelecidos novos impasses para efetivação de seus direitos. As marcas deixadas pela expropriação territorial e que insistem em perpetuar na contemporaneidade, necessitam ser mais discutidas por aqueles que atentam para a realidade em que se encontra essa população, que ainda permanece dependente de sistemas burocráticos.

Este é um assunto relevante e até o momento pouco explorado nos meios acadêmicos. Assim, a proposta é dar continuidade a pesquisa, levando em conta o interesse e participação dos moradores do acampamento Kurupi.

Desse modo, a aplicação da etno-história se faz indispensável no processo investigativo, que visa uma maior aproximação do conhecimento da história

indígena a qual se pretende pesquisar, sendo que a “etno-história apresenta-se como uma metodologia potencialmente favorável para a construção de uma história indígena mais holística” (CAVALCANTE, 2011, p.363).

Considerações finais

A etno-história que reúne não só os conhecimentos históricos e antropológicos, mas também outras importantes áreas do conhecimento como arqueológicos e linguísticos, compõe uma abordagem metodológica que se utiliza de informações com raízes em diferentes áreas do conhecimento. Tendo em vista que a etno-história apresenta limites no procedimento de análise, especialmente, nas lacunas referentes às ações reivindicatórias dos Guarani e Kaiowa, no que concerne às fontes, as análises que objetivam trazer visibilidade à algumas informações acerca do protagonismo desses povos estão sendo realizadas de forma cautelosa.

Desse modo, um ponto substancial para o desenvolvimento dessa pesquisa é encontrar elementos que possibilitem responder a algumas indagações pertinentes acerca do tema abordado: qual a finalidade e legitimidade dos processos de mobilização? Quais as demandas que emergem no decorrer das reivindicações? Qual o posicionamento do poder público e da elite ruralista frente às ações empreendidas na retomada de terras indígenas? Outras indagações inevitavelmente surgirão no decorrer da pesquisa.

Assim, versar a teia de relações existentes nessa luta por um viés etno-histórico, possibilita uma discussão desafiadora e necessária. Além disso, com a referida pesquisa, surge a possibilidade de contribuição com os atuais estudos históricos que se voltam para a compreensão das comunidades indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, considerando suas complexidades, realidades e mobilizações. Pretende-se,

enfim, a partir de uma realidade local, propiciar através do ponto de vista histórico, subsídios para uma discussão mais ampla do processo de mobilização dos povos Guarani e Kaiowa.

Referências

- BRAND, Antonio J. **O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de doutorado, História da PUC/RS, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Senado Federal, 1988.
- BENTTES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Capítulo II- Organização social de conhecimentos entre Ava Kaiowá. Rio de Janeiro: Coleção Primeiros Brasileiros, p. 47-75, 2012.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. 2013.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa**. História (São Paulo), v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.
- CARTAATYGUASU-CIMI. Disponível em: <http://cimi.org.br/massacredecaarapo/wp-content/uploads/2016/07/CartaAtyGuasu.docx>. Acesso: 25 de outubro de 2016.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHAMORRO, Graciela. **Terra madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani**. Dourados, MS: Editora da UGD, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora: brasiliense, 2004.
- CIMI. Fazendeiro ameaça remoção dos Guarani e Kaiowá da aldeia Santiago Kue/Kurupi, mas indígenas prometem resistir. 2014. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7789&action=r
- ead. Acesso: 15 de novembro de 2016.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)**. Dourados MS. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.
- FUNAI-PPTAL. Regularização Fundiária das Terras Indígenas no Brasil, 2012. Disponível em <http://ww2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/comads/audiencias-publicas/audiencias-publicas/10-05-12-questoesindigenas/aprentacoes/aluisioazanha-funai>. Acesso: 24 de outubro de 2016.
- IBGE. **Os Indígenas no senso demográfico de 2010**. Disponível em: <http://indigenas.censo2010.pdf>. Acesso: 23 de julho de 2016.
- MURA, Fabio. **Á procura do bom viver: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá**. 2006. Tese de doutorado em Antropologia, MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- PACHECO DE OLIVEIRA. **“O Nosso Governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/ MCT CNPq. 1988.
- PEREIRA, Levi Marques. **Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”**. In: *Tellus*, ano 6, n. 10, p. 69-81, Campo Grande, MS: UCDB, abr. 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina. **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ROSSATO, Veronice Lovato. **Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**. “Será o *letrao* ainda um dos nossos?”. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2002.
- URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. **Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.
- ZANATTA, Douglas Barreto. **Acampamento Kurupi da Terra Indígena Santiago Kue**. 2016.